

Matrinchã
Transmissora de
Energia
(TP Norte) S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de setembro de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia") em 30 de setembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses, findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 6.a e 9, em relação a classificação do ativo financeiro de transmissão nos montantes de R\$ 147.794 mil (R\$ 153.155 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 2.426.042 mil (R\$ 2.369.670 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante, a Companhia em avaliação inicial optou por manter o valor do principal ativo que é o contas a receber do ativo financeiro e a parcela que será retornada através da RAP, mensurado ao custo amortizado. A Companhia aguarda uma definição dos órgãos reguladores sobre o assunto para que possa mensurar eventuais impactos sobre suas demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Chamamos a atenção para o fato que não revisamos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e qualquer nota explicativa relacionada relativas ao trimestre iniciado em 01 de julho de 2017 e findo em 30 de setembro de 2017, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente e, conseqüentemente, não emitimos uma conclusão sobre elas.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	152.738	116.256
Contas a receber	8	21.789	16.109
Impostos a recuperar		5.529	5.534
Ativo financeiro	9	147.794	153.155
Outros ativos		7.772	6.277
Total do ativo circulante		335.622	297.331
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	24.352	47.123
Ativo financeiro	9	2.426.042	2.369.670
Imobilizado		21	26
Intangível		15	15
Total do ativo não circulante		2.450.430	2.416.834
Total do ativo		2.786.052	2.714.165
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	10.559	10.180
Empréstimos e financiamentos	12	53.161	48.686
Debêntures	13	10.594	-
Salários e encargos		1.088	345
Impostos e contribuições sociais		6.975	4.988
Dividendos	16.c	75.183	75.183
Outros passivos		1.820	1.130
Total do passivo circulante		159.380	140.512
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	476.723	519.111
Debêntures	13	201.291	193.088
Passivo contingente	15	1.822	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	173.700	155.701
Total do passivo não circulante		853.536	867.900
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	16.b	12.816	12.816
Reserva de lucros retidos		40.495	40.495
Dividendos adicionais propostos	16.c	144.369	144.369
Lucro do período		67.383	-
Total do passivo e do Patrimônio líquido		2.786.052	2.714.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		Trimestre		Acumulado	
	Nota	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não Revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita operacional líquida	17	54.802	41.594	189.558	190.549
Custo de construção	18	(2.050)	(5.154)	(8.981)	(35.049)
Gastos operacionais		(1.542)	-	(6.916)	-
Perdas pelo valor de indenização		-	(6)	6	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		(5.791)	(3.086)	(28.357)	(11.975)
		-	-	-	-
Lucro bruto		45.419	33.348	145.310	143.525
Despesas operacionais					
Pessoal		(1.034)	(2.425)	(4.053)	(2.060)
Serviços de terceiros		(1.302)	(1.026)	(3.621)	(3.100)
Outras despesas/receitas operacionais		1.067	195	3.952	479
Total		(1.269)	(3.256)	(3.722)	(4.682)
		-	-	-	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		44.150	30.093	141.588	138.843
Receitas financeiras	19	2.560	3.642	7.401	12.119
Despesas financeiras	19	(17.383)	(17.924)	(52.275)	(56.233)
		-	-	-	-
		(14.823)	(14.282)	(44.874)	(44.114)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.327	15.811	96.714	94.729
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(8.242)	(12.718)	(29.331)	(32.453)
Lucro líquido do período		21.085	3.092	67.383	62.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Trimestre		Acumulado	
	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2018 a 30/09/2018 (Não Revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Lucro líquido do período	21.085	3.092	67.383	62.276
Total de resultado abrangente do período	21.085	3.092	67.383	62.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	60.940	-	1.616.469
Lucro do período	-	-	-	-	62.276	62.276
Saldos em 30 de setembro de 2017	1.508.073	6.961	40.495	60.940	62.276	1.678.745
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.508.073	12.816	40.495	144.369	-	1.705.753
Lucro do período	-	-	-	-	67.383	67.383
Saldos em 30 de setembro de 2018	1.508.073	12.816	40.495	144.369	67.383	1.773.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	96.715	94.729
Ajuste para:		
Remuneração do ativo financeiro	(131.851)	(145.701)
Depreciação	10	78
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	51.890	51.853
Provisão Contingência	1.822	-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(5.680)	104.142
Impostos a recuperar	5	(2.164)
Outros ativos	(1.495)	(324)
Fornecedores	379	12.783
Salários e encargos	743	-
Impostos e contribuições sociais	5.852	3.625
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.200)	-
Outros passivos	692	(357)
Caixa proveniente das atividades operacionais	3.882	118.664
Pagamento de juros - empréstimos	(31.167)	(33.554)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(27.285)	85.110
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro	80.840	(35.049)
Títulos e valores mobiliários	22.771	(409)
Ativo imobilizado	(5)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	103.606	(35.458)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - Debêntures	-	-
Pagamento de principal - Empréstimos	(39.839)	(39.499)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(39.839)	(39.499)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	36.482	10.152
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	116.256	118.196
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro	152.738	128.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Cláudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Cláudia e até a subestação de Sinop.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (R\$ 174.208 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018).

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

- b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**
A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- c. Licenciamento Ambiental**
A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação e elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias para o terceiro trimestre de 2018 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estão mantidas as mesmas práticas contábeis, salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados à adoção da CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, que estão descritas na nota 6.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 31 de outubro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo financeiro e remuneração do ativo financeiro

A Companhia mensura o Ativo Financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo Financeiro do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo Financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo Financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 14.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

6 Novas normas e interpretações efetivas a partir de 01 de janeiro de 2018

Uma série de novas normas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A Companhia analisou este pronunciamento e optou por manter o valor do principal ativo que é o Contas a receber do Ativo Financeiro e a parcela que será retornada através da RAP avaliados pelo custo amortizado.

Contudo a Companhia aguarda uma definição final dos órgãos regulatórios do setor de energia elétrica e contábil sobre o assunto para que possa mensurar os eventuais impactos, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada.

b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A Companhia passou a adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia aplicou os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia passou a utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não foram reapresentados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos conta movimento	13.646	8.015
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	110.650	76.389
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	6	21
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	22.612	-
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	<u>5.824</u>	<u>31.831</u>
	<u>152.738</u>	<u>116.256</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

	30/09/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 100 dias	582	948
Vencidos de 51 a 100 dias	60	3
Vencidos até 50 dias	2.897	128
A vencer	<u>18.250</u>	<u>15.030</u>
	<u>21.789</u>	<u>16.109</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Ativo financeiro

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	30/09/2018
Ativo financeiro	<u>2.522.825</u>	<u>8.981</u>	<u>131.851</u>	<u>(89.821)</u>	<u>2.573.836</u>
Circulante	153.155	-	-	-	147.794
Não circulante	2.369.670	-	-	-	2.426.042

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
Ativo financeiro	2.391.507	38.463	220.739	(127.884)	2.522.825
Circulante	130.451	-	-	-	153.155
Não circulante	2.261.056	-	-	-	2.369.670

10 Títulos e valores mobiliários

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

11 Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
Itumbiara transmissora de energia S.A.	586	-
China Epri Science & Technology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
Process -Protection and control for Energy	55	-
Leme Engenharia	114	-
Nari Group Coporation	949	949
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.508	2.823
Outros	1.052	1.113
	10.559	10.180

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

12 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Custo de transação	Amortização de Principal	30/09/2018
BNDES Subcrédito A	526.242	32.035	(30.133)	43	(34.580)	493.607
BNDES Subcrédito B	41.555	1.015	(1.034)	-	(5.259)	36.277
	<u>567.797</u>	<u>33.050</u>	<u>(31.167)</u>	<u>43</u>	<u>(39.839)</u>	<u>529.884</u>
	31/12/2016	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2017
BNDES Subcrédito A	566.217	48.428	(42.692)	(45.711)	(45.711)	526.242
BNDES Subcrédito B	48.578	1.572	(1.582)	(7.013)	(7.013)	41.555
	<u>614.795</u>	<u>50.000</u>	<u>(44.274)</u>	<u>(52.724)</u>	<u>(52.724)</u>	<u>567.797</u>

	30/09/2018	31/12/2017
Passivo circulante	53.161	48.686
Passivo não circulante	<u>476.723</u>	<u>519.111</u>
	<u>529.884</u>	<u>567.797</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito ‘A’** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573.
- **Subcrédito ‘B’** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 30 de setembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.317	46.317	46.317	308.518	447.469
BNDES Subcrédito B	<u>7.021</u>	<u>7.021</u>	<u>7.021</u>	<u>8.191</u>	<u>29.254</u>
	<u>53.338</u>	<u>53.338</u>	<u>53.338</u>	<u>316.709</u>	<u>476.723</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.094	46.094	46.094	345.714	483.996
BNDES Subcrédito B	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>14.046</u>	<u>35.115</u>
	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>359.760</u>	<u>519.111</u>

13 Debêntures

	31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	30/09/2018
Debêntures	204.960	-	18.797	223.757
Custo de Transação	<u>(11.872)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.872)</u>
	<u>193.088</u>	<u>-</u>	<u>18.797</u>	<u>211.885</u>
	31/12/2016	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2017
Debêntures	185.539	-	19.421	204.960
Custo de Transação	<u>-</u>	<u>(11.872)</u>	<u>-</u>	<u>(11.872)</u>
	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
			30/09/2018	31/12/2017
Passivo circulante			10.594	-
Passivo não circulante			<u>201.291</u>	<u>193.088</u>
			<u>211.885</u>	<u>193.088</u>

O saldo apresentado no quadro acima já se encontra líquido do custo de transação, o qual será amortizado proporcionalmente ao período de vigência das debêntures.

Em 30 de setembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito B	<u>10.594</u>	<u>21.188</u>	<u>21.188</u>	<u>21.188</u>	<u>137.727</u>	<u>211.885</u>
	<u>10.594</u>	<u>21.188</u>	<u>21.188</u>	<u>21.188</u>	<u>137.727</u>	<u>211.885</u>

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029

- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

Passivo	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	168.819	159.612
Contribuição social diferida	<u>60.210</u>	<u>56.896</u>
	<u>229.029</u>	<u>216.508</u>
Ativo		
Imposto de renda diferido	(41.457)	(45.482)
Contribuição social diferida	<u>(13.872)</u>	<u>(15.325)</u>
	<u>(55.329)</u>	<u>(60.807)</u>
	<u><u>173.700</u></u>	<u><u>155.701</u></u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Imposto de renda corrente	(3.696)	(1.923)	(12.355)	(1.923)
Imposto de renda diferido passivo	(2.362)	(7.546)	(9.207)	(21.890)
	(6.058)	(9.469)	(21.562)	(23.813)
Contribuição social corrente	(1.333)	(699)	(4.455)	(699)
Contribuição social diferido passivo	(850)	(2.550)	(3.314)	(7.941)
	(2.184)	(3.249)	(7.769)	(8.640)
Total	(8.242)	(12.718)	(29.331)	(32.453)

15 Passivo Contingente

A Companhia com base na avaliação de seus assessores legais constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (b) Servidões Administrativas e (c) Ação Indenizatória, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

Durante o exercício de 2015 a Companhia realizou adiantamentos que totalizaram R\$32.423 para a Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado à época. No decorrer da construção da linha de transmissão, a Mavi não executou a integralidade dos trabalhos, conforme estabelecido no escopo do contrato firmado e, com a alegação de desequilíbrio econômico financeiro, abandonou a obra. Em decorrência deste abandono e, tendo em vista que as medições de serviços não foram aprovadas (uma vez que os serviços não foram finalizados), a Companhia não efetuou os pagamentos. No exercício de 2016, a Mavi instaurou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113.000, que seriam necessários para o reequilíbrio do contrato.

Após esse pedido pela Mavi, a Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, com o objetivo de verificar se o valor requerido pela Mavi era procedente, considerando o que já havia sido adiantado em comparação à construção realizada à época. Após esse estudo, a Companhia apurou que a Mavi deveria ressarcir a Companhia no valor total de R\$ 43.000.

Durante o exercício de 2017, as Partes apresentaram suas defesas e foi realizada apresentação do caso pelas Partes envolvidas à Câmara Arbitral. O processo se encontra em fase pericial, tendo sido estabelecida pelo Tribunal Arbitral a entrega do laudo pericial em 20 de novembro de 2018.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas	(16)	-
Servidões	(1.078)	-
Outros	(728)	-
	<u>(1.822)</u>	<u>-</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	30/09/2018 e 31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117
COPEL Geração e Transmissão S.A.	738.956
	1.508.073

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 para aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

17 Receita operacional líquida

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita de Construção	2.050	5.154	8.981	35.049
Remuneração dos ativos de concessão	40.282	40.880	131.851	145.701
Receita de Operação e Manutenção	20.616	4.601	76.639	35.873
Receita operacional bruta	62.948	50.635	217.471	216.623
Deduções da receita operacional				
Indisponibilidade	(1.122)	(4.601)	(8.920)	(11.345)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(423)	(326)	(1.284)	(1.132)
Reserva global de reversão - RGR	(1.713)	(323)	(2.941)	(969)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(174)	(271)	(705)	(379)
Pis	(841)	(628)	(2.508)	(2.179)
Cofins	(3.873)	(2.892)	(11.555)	(10.070)
Total receita operacional líquida	54.802	41.594	189.558	190.549

18 Custo de construção

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Edificações e obras civis	1830	(3.423)	(181)	(4.346)
Máquinas e equipamentos	(8.666)	-	(12.852)	(28.758)
Adiantamentos a fornecedores	4.496	(1.731)	3.762	(596)
Outros	290	-	290	(1.349)
	(2.050)	(5.154)	(8.981)	(35.049)

19 Receitas (despesas) financeiras

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017 (Não revisado)	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2.599	3.799	7.503	12.650
Variações monetárias ativas	47	3	184	41
Outras receitas financeiras	39	18	100	18
Pis sobre receitas financeiras	(18)	(26)	(55)	(83)
Cofins sobre receitas financeiras	(107)	(152)	(331)	(507)
	2.560	3.642	7.401	12.119
Despesas financeiras				
Variações monetárias passivas	(22)	(16)	(61)	(61)
Juros e multas	(43)	(1.116)	(132)	(1.142)
Juros sobre empréstimo	(17.227)	(16.690)	(51.848)	(51.854)
Outras despesas financeiras	(91)	(102)	(234)	(3.176)
	(17.383)	(17.924)	(52.275)	(56.233)
Total	(14.823)	(14.282)	(44.874)	(44.114)

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Remuneração de Administradores

Em 30 de setembro de 2018 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 798 (R\$ 873 em 30 de setembro de 2017).

20.2 Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da Operação	30/09/2018	31/12/2017
Passivo				
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M	586	-

	Natureza contábil	Natureza da Operação	30/09/2018	30/09/2017
Resultado				
State Grid Brasil Holding- Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	361	332
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M	<u>8.161</u>	<u>9.277</u>
			<u>8.522</u>	<u>9.553</u>

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

21.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	152.738	116.256
Contas a receber	21.789	16.109
Títulos e valores mobiliários	24.352	47.123
Ativo financeiro	<u>2.573.836</u>	<u>2.522.825</u>
	<u>2.772.715</u>	<u>2.702.313</u>

- **Títulos e valores mobiliários:** Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber - Ativo financeiro:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	30/09/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	139.086	108.220
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples – Itaú	6	21

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	139.092	Queda da taxa CDI	8.888	6.662	4.444
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			6,39%	4,79%	3,195%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 6,39% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	529.884	Alta da taxa TJLP	34.866	43.583	52.300
Debêntures	211.885	Alta do IPCA	9.323	11.654	13.984
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			6,58%	8,225%	9,87%
IPCA (%)			4,40%	5,50%	6,60%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,58%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 4,40% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (**Parcela Variável**).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
- Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

21.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber - Ativo financeiro	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de setembro de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001306
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	31/03/2018	31/03/2019	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Riscos Operacionais	12/02/2018	12/02/2019	R\$ 150.000	519.61000259
Responsabilidade Civil	28/01/2018	12/02/2019	R\$ 10.000	1005100022653